

Acórdão: 15.512/02/1^a
Impugnação: 40.010104486-75
Impugnante: Isamu Nakao - Espólio
Coobrigado: Cia Importadora e Exportadora Coimex
Proc. do Sujeito Passivo: Marcelo Jabour Rios/Outro
PTA/AI: 01.000137523-65
IPR: 375/1707(Autuado)
CNPJ: 28163699/0021-73(Coob.)
Origem: AF/Patos de Minas
Rito: Sumário

EMENTA

EXPORTAÇÃO - DESCARACTERIZAÇÃO - CAFÉ. Constatadas vendas de café com fim específico de exportação, utilizando, indevidamente, da não incidência do ICMS, face à constatação de que a mercadoria fora submetida a processo de rebeneficiamento, antes da efetiva exportação, contrariando o disposto no § 2º, do art. 5º, do RICMS/96. Infração caracterizada. Exigências fiscais mantidas. Lançamento procedente. Decisão pelo voto de qualidade.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre vendas de 250 sacas de café com fim específico de exportação. No entanto, a documentação apresentada não comprova que a mercadoria exportada é a mesma que foi vendida, descaracterizando assim a “não incidência” prevista no artigo 5º, inciso III, do Decreto 38.104/96. Exige-se ICMS e MR.

Inconformado com as exigências fiscais, o Autuado impugna tempestivamente o Auto de Infração (fls. 17/31), por intermédio de procurador regularmente constituído, requerendo, ao final, a procedência da Impugnação.

O Fisco apresenta a manifestação de fls. 44/64, refutando as alegações da defesa, requerendo a improcedência da Impugnação.

O Autuado, através de seu procurador constituído, vem aos autos em documento protocolizado em 14/01/2002, juntando documento de arrecadação comprovando o recolhimento de importância que, no seu entendimento, seria a devida, tendo em vista o disposto no art. 28 da Lei 14.062/2001, recolhimento este levado a efeito pelo destinatário da mercadoria, também arrolado como sujeito passivo, requerendo a extinção do processo e seu respectivo arquivamento.

A Auditoria Fiscal em parecer fundamentado e conclusivo de fls. 87/88 propõe o indeferimento do pedido.

DECISÃO

Das Preliminares

1-Do Requerimento de Extinção(Lei da Anistia)

O Autuado, através de seu procurador constituído, vem aos autos em documento protocolizado em 14/01/2002, juntando documento de arrecadação comprovando o recolhimento de importância que, no seu entendimento, seria a devida, tendo em vista o disposto no art. 28 da Lei 14.062/2001, recolhimento este levado a efeito pelo destinatário da mercadoria, também arrolado como sujeito passivo, requerendo a extinção do processo e seu respectivo arquivamento.

Entretanto, está disposto no Art. 28 da referida Lei que:

“nos casos em que o pagamento do crédito tributário ensejar a apropriação do imposto, fica dispensado o pagamento deste, desde que recolhidas as multas e os juros respectivos, nos termos e na forma desta lei.”

Já o art. 3º do Decreto regulamentador prescreve:

“Art. 3º - Nos casos em que o pagamento do crédito tributário ensejar a apropriação do imposto, fica dispensado o pagamento deste, desde que recolhidas as multas e os juros respectivos, nos termos e na forma prevista nos artigos 6º e 7º da Lei nº 14.062, de 20 de novembro de 2001.

Parágrafo único - O disposto no caput somente se aplica na hipótese em que o sujeito passivo da obrigação for o destinatário da mercadoria ou tomador da prestação de serviço.”

As normas só têm eficácia e alcance dentro do território do ente político que as edita.

No caso concreto, muito embora o Coobrigado seja o destinatário da mercadoria, a ele não pode ser aplicado o benefício previsto nos dispositivos retro transcritos por ser ele contribuinte de outro Estado da Federação.

Desta forma, o requerimento do Autuado não pode ser acatado, devendo ser dado prosseguimento ao contencioso.

2-Da Nulidade do Auto de Infração

Não procede a pretensão de nulidade do Auto de Infração, pois o mesmo foi emitido com observância dos requisitos previstos nos artigos 57 e 58 da CLTA/MG.

Nos termos do § 1º do art. 58, as incorreções ou omissões da peça fiscal não acarretarão a sua nulidade, quando nela constarem elementos suficientes para determinar, com segurança, a natureza da infração e a pessoa do infrator ou responsável.

Do Mérito

A autuação fiscal versa sobre a constatação de que a Impugnante promoveu a saída de 250 sacas de café em grão beneficiado, no mês de agosto/99, com fim específico de exportação, com amparo da não incidência do ICMS, sem a efetiva comprovação da operação de exportação da mesma mercadoria.

O cerne da discussão neste processo é se o café constante da nota fiscal emitida pela Impugnante é o mesmo café que consta dos documentos de exportação, assim entendido aquele produto que se encontra absolutamente no mesmo estado que estava quando saiu do estabelecimento remetente. O Fisco entende que houve utilização indevida da não incidência do imposto já que o café passou por processo de beneficiamento ou rebeneficiamento, o que é vedado pela legislação.

Impende observar que a mercadoria objeto da operação do lançamento em lide, o café, possui a particularidade de ter sua descrição vinculada a classificações técnicas obrigatórias por tipo, por peneira e por bebida, classificações estas, que são fatores determinantes para influenciar a cotação do valor do lote do produto.

O art. 2º, do Anexo V, do Decreto n.º 38.104, de 28/06/96 - RICMS/96 , estabelece que no campo “Dados do Produto” na Nota Fiscal deverá ser aposto o código adotado pelo estabelecimento para identificação da mercadoria e sua descrição compreendendo: nome, marca, tipo, modelo, série, espécie, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação, além de outros itens quantitativos.

Confrontando-se a nota fiscal de remessa da mercadoria e a nota fiscal de exportação emitida pelo estabelecimento destinatário, verifica-se que, de fato, as mercadorias são descritas com especificações diversas, nos referidos documentos, confirmando a tese propugnada pelo Fisco de que antes da remessa do produto para o exterior o mesmo tenha passado por processo de beneficiamento ou rebeneficiamento.

Neste sentido, o próprio Autuado, em sua defesa alega que: “para atendimento às exigências do mercado externo, torna-se necessária uma adequação à nomenclatura, bem como uma melhor seleção de grãos, para que a comercial exportadora possa realizar a exportação de acordo com as regras estabelecidas pelo SISCOMEX, e da forma como o produto é conhecido no exterior”. (grifo nosso)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ressalte-se que, nos termos do art. 222, Inciso II, alínea b, do Decreto n.º 38.104, de 28/06/96 - RICMS/96, considera-se industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto ou o aperfeiçoe para o consumo, tal como o processo de beneficiamento.

Para análise do tema, à luz da legislação vigente, é importante observar os ditames do § 2º, do art. 5º, do RICMS/96 que estabelece que a não incidência de que trata o inciso II do referido artigo *“somente se aplica à operação de remessa da própria mercadoria a ser exportada posteriormente, no mesmo estado em que se encontra, ressalvado o seu simples acondicionamento ou reacondicionamento”* (g. n.).

Observe-se que a não incidência prevista no art. 3º, da Lei Complementar n.º 87/96 alcança as remessas de mercadorias remetidas com o fim específico de exportação, não alcançando as etapas anteriores de circulação econômica.

Portanto, qualquer operação que ocorra com fins de alterar as características da mercadoria antes de sua remessa para o exterior resulta na perda dos incentivos fiscais que essa lei reserva às operações de exportação. Do contrário estar-se-ia admitindo a evasão fiscal dos tributos incidentes em etapas que antecederem a exportação.

No caso em tela, é certo que houve o rebeneficiamento, ou seja, o aperfeiçoamento da qualidade do produto, tendo em vista a retirada de defeitos ou a liga com outros cafés, alterando suas especificações e que este procedimento implica em mudança das classificações do produto influenciando no seu preço final.

Quanto à alegação da Impugnante de que as divergências entre as descrições dos cafés, nas Notas Fiscais de remessa com o fim específico de exportação e nos documentos de exportação, decorrem das divergências entre as classificações COB e a do SISCOMEX, tal assertiva não deve prosperar uma vez que a classificação para fins de Registro de Exportação, no SISCOMEX é totalmente lastreada na Classificação Oficial Brasileira – COB, senão vejamos.

A classificação do café brasileiro compreende duas fases distintas: a classificação por tipos ou defeitos e a classificação pela qualidade ou bebida. A classificação por tipos admite sete tipos de valores decrescentes de 2 a 8, resultantes da apreciação de uma amostra de 300 gramas de café beneficiado, segundo normas estabelecidas na tabela Oficial Brasileira de Classificação. O Decreto n.º 27.173, de 14/09/1949, aprova as especificações para a classificação e fiscalização do café, além da determinação do tipo da norma para a classificação por descrição, nas quais são apreciadas as seguintes qualificações: café, fava, peneira, aspecto, cor, seca, preparo, torração e bebida.

Tem-se que o Comunicado DECEX n.º 32/97 estabelece exigências de classificações para fins de enquadramento dos cafés a serem exportados, visando padronizar as exportações brasileiras em atendimento às exigências da demanda

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

internacional pelo produto. O item II, do referido Comunicado, estabelece onze grupos de tipos de classificação de café usando da nomenclatura da Classificação Oficial Brasileira – COB. Portanto, há perfeita harmonia entre a classificação existente na padronização exigida pelo DECEX e aquela contida na Classificação Oficial Brasileira – COB.

Importante frisar que os ilícitos tributários ensejadores do lançamento em lide tiveram como resultado a dupla penalização dos Cofres Públicos Mineiros. Primeiro, porque não houve o recolhimento do imposto devido nas operações interestaduais com a mercadoria, saída em transferência com a finalidade de ser industrializada no destino (beneficiamento) antes de ser, posteriormente, exportada. Segundo, por prejudicar o ressarcimento a que o Estado de Minas Gerais teria direito pela desoneração da exportação de produtos, conforme determina a Lei Complementar n.º 87, de 13/09/96, (Art. 31 e Anexo), considerando que o café de origem mineira, foi exportado em outro Estado da Federação.

Os demais argumentos apresentados pela Impugnante não são suficientes para descaracterizar as infrações.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, à unanimidade, em indeferir o requerimento do Coobrigado pela extinção do crédito tributário com os benefícios da Lei n.º 14.062 de 20/11/2001 (Lei da Anistia) Ainda em preliminar, também à unanimidade, em indeferir o pedido da Procuradoria da Fazenda Estadual de considerar confissão o pagamento beneficiado pela Lei da Anistia. No mérito, pelo voto de qualidade, em julgar procedente o lançamento, mantendo-se as exigências fiscais. Vencidos os Conselheiros Windson Luiz da Silva (Relator) e Wagner Dias Rabelo que o julgavam improcedente. Designado relator o Conselheiro Jose Luiz Ricardo (Revisor). Sustentou oralmente pela Fazenda Pública Estadual, a Dra. Elaine Coura. Participou também do julgamento o Conselheiro Jorge Henrique Schmidt.

Sala das Sessões, 18/02/02.

**José Luiz Ricardo
Presidente/Relator**

MLR/RC